



Fundação Universidade Estadual de Maringá

PRODUÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA



Proponente:

Érica Cristiane da Silva Bueno

TEMA: Professor Itinerante: possibilidades e percalços de atuação

Orientador:

Prof Ms. Gizeli Aparecida Ribeiro de Alencar

Maringá–Cruzeiro do Oeste

2008.

INTRODUÇÃO

O cotidiano escolar e as propostas de inclusão nos coloca diante de um grande desafio, desvendar a educação na sua totalidade, delimitar o momento e fatos históricos relevantes. A cultura em que o sujeito está inserido, considerar os grupos socialmente excluídos e estigmatizados devem ser considerados para a partir daí traçarmos o caminho que nos leva a inclusão.

(...) as escolas tanto comum como especial precisam ser reestruturadas para acompanhar todo o espectro da diversidade humana representado pelo aluno em potencial, ou seja, pessoas com deficiência mental, física, auditiva, visual, múltipla e pessoas com outras características atípicas, etc. É o sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos (escolas inclusivas) mais do que os alunos adaptando-se ao sistema educacional (escolas integradas). (SASSAKI, 1998, p.09).

Um olhar histórico e crítico incide para reflexão acerca dos pilares estruturais e sustentadores da humanidade, ou seja, do processo de inclusão onde os direitos da pessoa humana deverão ser respeitados, porém para que isso aconteça é necessário que a sociedade se transforme.

Sob a égide da inclusão, os limites de uma pessoa com deficiência estão na sociedade e não na deficiência do indivíduo. Ao se entender isso verifica-se que um aluno com deficiência pode não aprender, não por sua incapacidade de aprender, mas pela incapacidade de a escola ensinar, respeitando o direito ao modo e tempo de aprendizagem.(MARTINS et all.,Inclusão Compartilhando Saberes, 2006,p.57).

Compreender o processo histórico, o processo de ensino-aprendizagem, a diversidade humana, a relação das diversas culturas e sociedades, a diferença e a diversidade instituída na composição do alunado, as diferenças entre os vários centros educativos nos levam ao desafio de darmos atenção a diversidade e não simplesmente nos adaptarmos a ela.

A escola regular, de uma maneira geral segundo IMBERNÓN (2000), não foi, nem é planejada para acolher a diversidade de indivíduos, mas para a padronização, para atingir os objetivos educativos daqueles que são considerados dentro dos padrões de “normalidade”

A partir do momento que entendemos a diversidade humana, as peculiaridades, as diferenças desafiamos a ordem social e provocamos mudanças. Esses aspectos exigem o desenvolvimento de políticas integradoras; que tornem possível o exercício dos deveres e direitos do cidadão, exige renúncia de práticas da discriminação social.

Incluir de forma precária significa negar ao cidadão um direito fundamental e criar uma forma de exclusão.

Assim sendo, para abordarmos o ensino itinerante, foco de nossa proposta nosso objetivo nesse texto é discutir as raízes que nutrem e sustentam os serviços de apoio para subsidiar teoricamente a prática pedagógica do professor itinerante.

INICIANDO NOSSO DIÁLOGO

Ao falarmos do Ensino Itinerante, inevitavelmente somos levados a principiar pelo contexto histórico, cujo papel é fornecer dados e bases para construção de um sistema educacional que atenda a todos.

Nosso objetivo nesse texto é discutir as raízes que nutrem e sustentam os serviços de apoio para subsidiar teoricamente a prática pedagógica do professor itinerante.

Faremos, pois, uma breve discussão da literatura relativa a implementação da escola inclusiva bem como sua interface com questões acerca dos serviços de apoio.

A Educação Especial contemporânea passa por um momento muito importante, que se caracteriza pelo seu encontro com a Educação Comum, assim como as águas doces encontram-se com as águas salgadas formando a pororoca inauguramos este movimento denominado Educação Inclusiva. E esse movimento não surgiu ao acaso, mas é consequência das transformações ocorridas nas atitudes sociais que foram se estabelecendo ao longo da história, em relação ao tratamento dado às pessoas com deficiência.

Mazzotta (1993) aponta três atitudes sociais que marcaram a história da Educação Especial no tratamento dado às pessoas com deficiência: a marginalização, o assistencialismo e a educação/reabilitação. Cada uma dessas posições marca um período onde as atitudes eram moldadas por um sentimento específico, que sinaliza as formas como a sociedade vê e trata as

pessoas com deficiência. Esses aspectos postos levam-nos a perceber que sempre existiu uma relação entre a forma de representação social sobre as deficiências e as atitudes sociais.

Numa rápida análise da trajetória, de acordo com esse autor é possível identificar o período que antecede o século XX, marcado por atitudes sociais de exclusão, onde os alunos com deficiência eram considerados indignos de uma educação escolar. Na década de 1950 é que começaram a surgir as primeiras escolas especializadas e, posteriormente, as classes especiais. Na década de 70 os alunos com deficiência começaram a ser admitidos em classes comuns, com o surgimento da proposta de integração.

A proposta de Educação Inclusiva surge no cenário americano em 1975 com a lei pública nº 94.142, que abriu possibilidades para a entrada de alunos com deficiência na escola comum. Nesse momento a educação inclusiva se limitava apenas à inserção física dos deficientes na escola comum.

O que muda na proposta de educação inclusiva em relação à de integração, é que os sistemas educacionais passam a ser responsáveis por criar condições para promover uma educação de qualidade para todos e fazer adaptações que atendam às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência. Na década de 1990, o conceito de educação inclusiva se amplia, deixando de ser apenas “inserção física”, na Declaração Salamanca (1994) as escolas que se propõem inclusivas devem receber apoio suplementar com vistas a assegurar uma educação eficaz para os alunos que apresentem necessidades diferenciadas.

No Brasil, As Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001), em seu artigo 2º orientam que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”.(p.50)

A inclusão, portanto, não é algo que se fala, mas algo que se vive, intensa e conscientemente, não é mera teoria da moda, mas uma atitude de vida; uma expressão de sociedade e cidadania; uma compreensão de que todos os seres humanos são humanos sem distinção.

Contudo estamos diante de uma sociedade capitalista e excludente, assim sendo mesmo que a inclusão esteja engajada política e historicamente o momento requer mudanças e exige posturas diferenciadas independente dos efeitos históricos da descrença na pessoa com deficiência exercer influências sobre o nosso dia a dia. A revolução da inclusão existe e é nela que temos que acreditar e é por ela que temos lutar, afinal o papel da escola é humanizar.

È através da produção de sistemas de diferenças e oposições que os grupos sociais são tornados “diferentes”, é através do processo de construção de diferenças que nós nos tornamos “nós” e eles “eles”, é em oposição à categoria “negro” que a de “branco” é construída e é em contraste com a de “mulher” que a categoria “homem” adquire sentido. As “diferenças” não existem fora de um sistema de representações. (SILVA.,apud OLIVEIRA, 2002:158)

Percebe-se que a matriz da política educacional de inclusão está pautada na Declaração de Educação para Todos, resultante da Conferência de Educação para Todos, realizada em Jontien, na Tailândia, em 1990, e o plano Decenal de Educação Para Todos. (BRASIL, 1993)

A Declaração Mundial de Educação para todos em seu art.1º propõe uma educação destinada a satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas, a melhoria da qualidade de vida e do conhecimento, e a participação do cidadão na transformação cultural e de sua comunidade. Esses conceitos aprofundados e divulgados com a declaração de Salamanca e linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais (BRASIL, 1994), Que traz importante modificação nos objetivos e formas de atendimento na educação especial cuja meta é incluir todas as crianças inclusive as que têm deficiências graves ou dificuldades de aprendizagem, no ensino regular (BRASIL, 1994). Nessa linha de ação, surge o conceito de “necessidade educacionais especiais”, que refere-se a todas as crianças ou jovens cujas necessidades decorrem sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem e têm, portanto, necessidades educacionais em algum momento de sua escolaridade. Assim, o desafio que enfrentam as escolas é o desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança (BRASIL, 1994). Esse conceito é bastante abrangente, torna-se importante que a escola esteja alerta para que não seja projetada nas crianças as limitações e as inadequações metodológicas que se configuram, muitas vezes, como dificuldades de aprendizagem ou deficiências do

aluno. A escola deve buscar refletir sobre sua prática, questionar seu projeto pedagógico e verificar se está voltada para diversidade.

Com efeito o movimento da inclusão considera necessária uma política pública que tenha como objetivo a modificação do sistema, organização estrutura, do funcionamento educativo, e a diversidade como eixo central do processo de aprendizagem, na classe comum. Essa mudança de concepção baseia-se na crenças de que as mudanças estruturais, organizacionais e metodológicas poderão responder às necessidades educativas e beneficiar todas as crianças independente de apresentarem qualquer tipo de deficiência. Por outro lado, não se pode negar as deficiências e as restrições delas provenientes. Por isso, as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) determinam que os sistemas escolares se organizem para o atendimento na classe comum, mediante a elaboração de projetos pedagógicos orientados pela política da inclusão. No Projeto Político Pedagógico deve estar claro o compromisso da escola com êxito no processo de ensino aprendizagem, com provimento de recursos pedagógicos especiais necessários, apoio aos programas educativos e capacitação de recursos humanos para atender as demandas desses alunos (BRASIL, 2001). Nesse sentido, o Plano Decenal de Educação para Todos (BRASIL, 1993) e as diretrizes e estratégias e orientações para educação de crianças com necessidades educacionais especiais em creches e pré-escolas orientam as crianças de programas de intervenção precoce em escolas ou instituições especializadas públicas ou privadas, estabelecendo convênios e parceria com as áreas de saúde e assistência social, para avaliação identificação das necessidades específicas, apoio, adaptações, complementações ou suplementações que se fizerem necessárias, tendo em vista o desenvolvimento das potencialidades e o processo de aprendizagem dessas crianças.

Apesar desse avanço conceitual, é necessário reconhecer a necessidade de articulação das políticas e de ações práticas efetivas e integradas entre os setores governamentais que desenvolvem essas políticas, para que as crianças com necessidades educacionais especiais tenham acesso aos recursos e equipamentos especiais necessários ao processo de desenvolvimento e aprendizagem no âmbito da educação infantil. Os focos da política pública integrada devem ser: o desenvolvimento humano, a equidade das oportunidades educativas e a participação de todos. Enfatizando o eixo da humanização, do desenvolvimento integral e do processo de aprendizagem, o acesso ao mundo da cultura e do conhecimento não pode ser desfocado de uma política de educação que se diz democrática. Pra tanto, contamos com a

presença dos profissionais especializados atuando nas redes de apoio, nos serviços de apoio pedagógicos e nos serviços especializados.

A REDE DE APOIO

A rede de apoio de acordo com BRASIL (2005) constitui-se em um conjunto de serviços, ofertados pela escola e comunidade em geral, que objetiva dar respostas educativas para as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais.

Os serviços e apoios especializados destinam-se ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais decorrentes das eficiências mentais, visual, física-neuromotora e surdez, das condutas típicas de quadros neurológicos e psiquiátricos e psicológicos graves e das altas habilidades/superdotação.

Esses apoios, quando ofertados no contexto do ensino regular, são denominados pela legislação (Res. CNE/CEB n. 01/02 e Del. CEE 02/03) de serviços de apoio pedagógico especializados, no turno ou contra turno de matrícula do aluno. Quando realizados em classes, escolas especiais da rede conveniada e/ou em interface com as áreas da Saúde, Trabalho e Ação Social, Justiça, Transportes entre outras, são denominadas serviços especializados.

Os serviços de apoio pedagógico especializado realizam-se no contexto da sala de aula, ou em contra turno, por meio da oferta de recursos humanos, técnicos, tecnológicos, físicos e materiais e têm por objetivo possibilitar o acesso e a complementação do currículo comum ao aluno.

O princípio de sustentação da rede de apoio de acordo com o documento Saberes e Práticas da Inclusão no Ensino Fundamental é que os diferentes segmentos envolvidos funcionem em rede, numa teia infinita de fios invisíveis em que cada elemento é interdependente do outro influenciando-se mutuamente.

A ampliação do número de alunos com necessidades educacionais especiais a serem atendidos no contexto da escola regular está condicionada tanto à viabilização das adaptações curriculares quanto à expansão desses apoios, como é o caso do profissional intérprete de língua de sinais para alunos surdos, o material ampliado ou em Braille para os alunos com deficiência visual, as salas de recursos para alunos com deficiência mental matriculados de 5ª a 8ª séries, o enriquecimento curricular para alunos com altas habilidades/superdotação, professores de apoio permanente para alunos com graves comprometimentos físico-motores, entre outros.

Antes de discutir as medidas adotadas para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos, nos serviços especializados, é necessário refletir sobre a questão da compreensão da classe e escola especial como lugar de segregação dos alunos.

Em primeiro lugar, é importante argumentar que a segregação não pode ser discutida como um dado essencializado, mas sim como fruto de uma construção social e histórica da deficiência. Se refletirmos sobre as representações sociais construídas historicamente sobre as pessoas com deficiência, constataremos que a exclusão (ou segregação) é materializada em diferentes “lugares”, a depender da lógica das relações sociais de produção de cada época: o extermínio, a reclusão em casa, os asilos e manicômios, as escolas especiais, as classes especiais, a permanência “física” em classes regulares sem a possibilidade de efetiva aprendizagem/participação.

Tanto as escolas especiais quanto as escolas comuns podem ser espaços de segregação se, em seu interior, não forem discutidas e problematizadas as concepções de sujeito e aprendizagem colocadas em prática.

Se persistir a concepção patológica dos sujeitos com deficiência, entendendo que a perspectiva da pedagogia dispensada tenha que ter caráter corretivo, o que se buscará é o enquadramento dessas pessoas nas chamadas “condições de normalidade”. Sabemos que essa concepção de “cura” está presente tanto na escola especial quanto na escola comum, levando à exclusão.

É partindo desse pressuposto que entendemos que embora a escola regular seja o local preferencial para a promoção da aprendizagem e inclusão de alunos com necessidades educacionais, sua presença nesse contexto não assegura que, mesmo com apoios e serviços especializados, não se configure uma situação de “segregação” física e/ou simbólica.

É importante lembrar que, mesmo os alunos atendidos em instituições especializadas, não constituem um grupo homogêneo, suas diferenças individuais deverão ser respeitadas, por meio da execução de propostas diversificadas, o que acarretará, muitas vezes, o desenvolvimento de um plano individual de ensino.

Assim, constituem serviços especializados aqueles que substituem os contextos regulares de ensino, oferecendo atendimentos de natureza pedagógica, clínico-terapêuticas, assistencial e/ou profissionalizante. Dada a natureza desses serviços é fundamental que se estabeleça a articulação entre as políticas públicas de base para assegurar que essa instância fundamental à constituição da rede de apoio ao aluno, às famílias e às escolas se efetive.

Estamos diante da realidade e do desafio de atender a todos na escola regular, não podemos negar que obtivemos avanços tanto nas políticas quanto na prática

pedagógica, se voltarmos uma década visualizaremos o panorama das salas especiais e das salas de recursos que atendiam alunos com vários tipos de deficiências. Atualmente temos as salas de recursos multifuncionais, que atendem separadamente as altas habilidades, os transtornos globais do desenvolvimento, alunos com dificuldade de comunicação e sinalização diferenciada dos demais alunos, bem como outros serviços que garantem o atendimento dos alunos com deficiências em salas comuns.

Os professores especializados estão presentes nas escolas para dar suporte tanto para alunos como para professores das salas comuns.

Os Serviços de apoio pedagógicos

Intérprete de Libras/língua portuguesa – configura-se profissional bilíngüe que atua no contexto do ensino regular onde há alunos surdos, usuários da língua de sinais, regularmente matriculados nos diferentes níveis e modalidades da Educação Básica. A atuação do profissional intérprete caracteriza suporte pedagógico e não o exercício de docência; portanto, a responsabilidade pela aprendizagem do aluno é do professor regente.

Instrutor surdo de Libras – é um profissional que atua nos CAES, escolas especiais e/ou NRE, desenvolvendo atividades relacionadas ao ensino e à difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras e de aspectos socioculturais da surdez na comunidade escolar. No âmbito pedagógico, atua como modelo de identificação lingüístico-cultural para as crianças surdas, de modo a oportunizar a apropriação da Libras como primeira língua no currículo escolar.

Escolas para Surdos – enquanto serviço de apoio devem oferecer, em contra turno, atendimento de natureza pedagógica, desenvolvido por professores especializados, de natureza terapêutica desenvolvido por fonoaudiólogos (terapia de fala, indicação e adaptação de próteses, estimulação auditiva entre outros) e/ou assistencial, desenvolvido por psicólogo e/ou assistentes sociais.

Professor de apoio permanente – por sua vez atua no contexto da sala de aula, utilizando a comunicação alternativa e aumentativa para atendimento aos alunos com deficiência física/neuromotora acentuada, com limitação na fala e escrita, nos estabelecimentos do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

Sala de Recursos (1ª a 4ª e 5ª a 8ª séries) – cabe o serviço especializado de natureza pedagógica que apóie e complemente o atendimento educacional realizado em classe comum utilizando equipamentos e materiais específicos, voltado ao atendimento especializado de alunos que apresentam problemas de aprendizagem com atraso acadêmico significativo, distúrbio de aprendizagem e/ou deficiência mental, condutas típicas e superdotação. Esse

trabalho complementar ou suplementar deve ser realizado em pequenos grupos, em outro período, para não interferir no desenvolvimento das atividades pedagógicas ao retirar o aluno da rotina escolar.

Serviços Itinerantes: na educação infantil, no ensino fundamental os serviços de apoio pedagógico especializado poderão ser desenvolvido por professor itinerante especializado em educação especial, que participará da observação e do acompanhamento do processo de desenvolvimento e aprendizagem nas atividades escolares, avaliará e ajudará a elaborar objetivos, a delinear os conteúdos, as estratégias e procedimentos relativos à dinâmica da sala de aula e de toda a rotina escolar. Inclui-se, nessa forma de apoio pedagógico especializado, o professor intérprete das linguagens e códigos necessários à aprendizagem, à comunicação e locomoção. Cumpre ressaltar que por itinerância entende-se o profissional que percorre as escolas que atendem alunos com necessidades especiais em todas as modalidades.

Centro de Atendimento Especializado – CAE – é destinado a incumbência de apoio especializado de natureza pedagógica nas áreas da deficiência física, visual e da surdez, que complementa a escolarização de alunos matriculados na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio e Educação de Jovens e Adultos. Os CAEs têm a mesma função e natureza das salas de recursos; a diferença é que, neste serviço, não há limite de idade para atendimento.

Centro de Apoio Pedagógico para atendimento às pessoas com deficiência visual (CAP) – no Paraná são 5 (cinco) unidades de serviço responsáveis pela oferta material pedagógico transcrito em braille para alunos cegos e material com caracteres ampliado aos alunos com baixa visão, matriculados na Educação Básica. São oferecidos, também, materiais e equipamentos para o atendimento às especificidades de cada área da deficiência, tais como: máquina Perkins, softwares específicos (Virtual Vision, Dos Vox, Jaws) recursos ópticos (luminária, lupa, telulupa) e kits de baixa visão.

Serviços especializados

Os serviços especializados segundo de acordo com BRASIL (2005) são subdivididos em:

Classe Especial – os estabelecimentos de ensino regular poderão criar, sempre que necessário, classes especiais, nas áreas ou ciclos iniciais do Ensino Fundamental, cuja organização fundamente-se na legislação vigente, em caráter transitório, a alunos que apresentem casos graves de deficiência mental ou múltipla deficiência que demandem ajuda e

apoio intensos e contínuos que a classe comum não consiga prover e condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos neurológicos ou psiquiátricos. Para encaminhamento dos alunos é assegurada avaliação, realizada por equipe multiprofissional. A classe deverá configurar a etapa ou ciclo das séries iniciais do Ensino Fundamental em que o aluno se encontra, promovendo avaliação pedagógica contínua para a tomada de decisão quanto ao seu reingresso no ensino regular.

Classes de educação bilíngüe – Programa de Escolaridade Regular com Atendimento Especializado – PERAE (Res. 963/93) – esse serviço destina-se a alunos matriculados nas séries iniciais (1ª a 4ª) do Ensino Fundamental e caracteriza-se pela formação de turmas compostas exclusivamente por surdos, no contexto da escola regular. Para autorização de funcionamento, deve-se constatar um número significativo de alunos surdos, usuários da Libras, como meio de comunicação, em uma mesma série/ciclo, professor especializado bilíngüe e espaço físico adequado. O currículo a ser seguido será o mesmo do Estabelecimento, mediante a utilização da língua de sinais como língua de instrução e interação. A língua portuguesa, em sua modalidade escrita, será ofertada como Segunda língua.

Escolas Especiais – prestam atendimento pedagógico especializado, exclusivamente para alunos com graves comprometimentos, múltipla deficiência ou condições de comunicação e sinalização diferenciadas. Para a complementação do atendimento educacional especializado desses alunos há serviços de natureza terapêutica desenvolvidos por equipes multiprofissionais (fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicólogos, assistentes sociais), além de currículos funcionais e adaptações curriculares de grande e pequeno porte, voltadas às singularidades dos grupos atendidos ou das necessidades individuais dos alunos.

Escola de Educação Especial para Surdos com Educação Básica – escolas para surdos com autorização para a oferta de Educação Infantil, Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio, além da possibilidade de realização de atendimentos complementares de outra natureza (fonoaudiologia, psicologia, assistência social entre outros). O critério básico para seu funcionamento é o desenvolvimento da proposta de educação bilíngüe, por meio da constituição de equipe técnico-pedagógica com domínio da Libras. O currículo a ser seguido será o mesmo do Estabelecimento, mediante a utilização da língua de sinais como língua de instrução e interação. A língua portuguesa, em sua modalidade escrita, será ofertada como Segunda língua.

Na medida do possível, a Secretaria de Estado da Educação, por intermédio da Fundepar, e as Secretarias Municipais de Educação, buscam prever e prover acessibilidade nas edificações, com eliminação de barreiras arquitetônicas nas instalações, no mobiliário e nos equipamentos conforme normas técnicas vigentes.

Para atuação nesses serviços, seja na rede pública de ensino ou na rede conveniada, é necessário que o professor possua habilitação em Educação Especial, em nível médio (Estudo Adicionais) ou superior (Graduação, Especialização, Mestrado ou Doutorado).

Programa de intervenção precoce: para a consolidação do projeto de inclusão torna-se indispensável a criação de serviços de intervenção precoce que tenham por objetivo o desenvolvimento integral do suporte à família e a inclusão dessas crianças.

Classe Hospitalar: A classe hospitalar é um serviço destinado a prover, mediante atendimento especial, a educação escolar a alunos impossibilitados de freqüentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar ou atendimento ambulatorial. Esse trabalho é de caráter temporário e tem por objetivo dar continuidade ao processo de desenvolvimento e aprendizagem de alunos matriculados ou não nos centros de educação infantil, contribuindo para o acesso, retorno e reintegração da criança ao grupo escolar.

Atendimento Domiciliar: o atendimento domiciliar é um serviço destinado a oferecer orientações à família sobre o processo de desenvolvimento e aprendizagem de alunos que estejam impossibilitados de freqüentar o programa de intervenção precoce e/ou a educação infantil, em função de tratamento de saúde que implique em permanência prolongada em domicílio.

SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL E PROFESSOR ITINERANTE

Merecem destaque as salas de recursos multifuncionais, bem como o ensino itinerante como serviços de apoio sob um novo prisma que nos conduz ao êxito do atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais inclusos em nossas escolas, visto que este é o momento em que buscamos alternativas que favoreçam o atendimento educacional especializado de qualidade, tornando a escola mais acessível.

As salas de recursos multifuncionais diferenciam-se dos espaços tradicionalmente organizados, sendo assim, o direito à escolarização em classes comuns do ensino regular deve ser garantido aos alunos com necessidades educacionais especiais bem como o atendimento educacional especializado é assegurado nas salas de recursos multifuncionais. Através da mediação docente o desenvolvimento dos processos cognitivos garantem a produção do conhecimento.

O professor itinerante ganha novos espaços, além de percorrer escolas orientando professores, alunos, equipe pedagógica, famílias. Também faz itinerância dentro de algumas escolas do ensino fundamental, e EJA auxiliando, atendendo alunos surdos, cegos, deficientes físicos, assistidos por professores da rede regular e buscando estratégias teórico-metodológicas que auxiliem no atendimento desses alunos. Este profissional também faz “a ponte” entre professores das salas de recursos multifuncionais e professores das salas comuns.

Esses serviços de apoio promovem o acesso ao currículo e a escolarização, garantindo o direitos dos alunos com necessidades educacionais especiais de participar efetivamente do contexto educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca de uma escola inclusiva que atenda alunos com necessidades especiais, nos leva a pensar sobre as modalidades de atendimento e a demanda de alunos presentes nas escolas, objetivando uma educação de qualidade onde o professor valorize o potencial dos educandos não suas limitações.

Ademais a inclusão não deve ser apenas física, mas acima de tudo intelectual.

A abordagem da história da Educação Especial nos leva a entender que é na procura do atendimento às necessidades básicas que o homem constrói a sua existência. As sociedades primitivas valorizavam o belo, o forte, o sábio e estigmatizavam aquele que não se enquadrava nos padrões de normalidade pré-estabelecidos pela sociedade, omitia-se, segregava-se, fazia-se alusões ao pecado. Tanto no passado como no presente é real a existência daqueles que se constituem biológica ou intelectualmente diferentes e tratá-los de forma similar aos ditos normais implica na exclusão de alguns.

Surge então o grande leque e preocupações com as especificidades onde os deficientes começam a percorrer um longo e tortuosos caminhos na luta pelo direito aos atendimentos especializados e inclusão social e escolar.

Isso implica, portanto, dizer que o educados não pode, previamente, estabelecer limites par o desenvolvimento do indivíduo deficiente, e sim buscar alternativas e serviços de apoio par ampará-lo em seu processo de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília. Secretaria de Educação Especial. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sala de Recursos Multifuncionais, Espaço para Atendimento Educacional Especializado**. Secretaria de Educação Especial. Brasília. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e Práticas da Inclusão**. Ensino Fundamental. Brasília. Secretaria de Educação Especial. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e Práticas da Inclusão**. Educação Infantil.. Brasília. Secretaria de Educação Especial. 2005.

BRASIL (1994) Política Nacional de Educação Especial, Brasília DF, MEC/SEESP

DECLARAÇÃO DE JONTIEN, de 1990.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, de 1994.

Resolução CNE/CEB, n. 01/02 e Del. CEE 02/03

MARTINS Lucia de Araújo Ramos, PIRES José, PIRES Gláucia Nascimento da Luz, MELO Francisco Ricardo Lins Vieira de, **Inclusão Compartilhando Saberes**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

IMBERNÓN, Francisco (org.). **A Educação do século XXI**: os desafios do futuro imediato. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão-Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997

OLIVEIRA, Ivanilde. Apoluceno de Saberes imaginários e representações na construção do saber –fazer educativo de professores da ed. especial .São Paulo: PUC , 2202 331f (Tese Doutorado Em Educação_ Programa de Pós-Graduação em Educação Currículo).

MAZZOTA, Marcos José da Silveira. Atendimento a excepcionais. In: Fundamentos da Ed. Especial. São Paulo: Pioneira, 1982.